

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

SOCIAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE WEST OF
THE STATE OF SANTA CATARINA (BRAZIL)

Alyne Sehnem¹
Janaina Macke²

RESUMO

O capital social é entendido como uma característica das organizações sociais e tem como principais elementos a confiança, as normas e as redes. O conhecimento desses elementos e a sua utilização podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O desenvolvimento desta pesquisa inspirou-se inicialmente nas abordagens de Putnam e seu trabalho nas regiões da Itália. Esta pesquisa objetivou mensurar os níveis de capital social, relacionando-os com os indicadores socioeconômicos na região composta por três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina. Para atingir o objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, utilizando o método do tipo *survey* nos municípios de abrangência das três SDRs da fronteira Oeste catarinense. Os resultados demonstram que as regiões com os melhores resultados nos indicadores sociais possuem também os maiores níveis de capital social e que o capital social é maior nas comunidades em que há menor desigualdade social e diferenças étnicas.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento regional. *Survey*. Brasil.

ABSTRACT

Social capital is understood as a characteristic of social organizations, where the main elements are trust, norms and networks. To know these elements and how they can be used improve the efficiency of a society by facilitating coordinated actions. The development of this research was initially inspired by Putnam's approach in his work in the regions of Italy. This research aimed to measure the level of social capital in order to relate it with socio-economic indicators in the area composed of three regions in the west of the State of Santa Catarina (Brazil). We conducted a descriptive research using the survey method. The results show that regions with better results in social indicators have also the highest levels of social capital and that social capital is higher in communities where there are less social inequality and ethnic differences.

Keywords: Social Capital. Regional development. Survey. Brazil.

¹ Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora e coordenadora do Curso de Administração da UNOESC - Campus de Maravilha. E-mail: alyne_smo@yahoo.com.br.

² Pós-doutorado em Desenvolvimento Territorial pela Université Joseph Fourier (França). Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: jmacke@terra.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O capital social é um componente da teoria social considerado um elemento-chave para o ser humano e para o desenvolvimento econômico das comunidades. As razões que contribuem para o interesse nesse são: o valor das relações sociais na vida social e as discussões econômicas; as transformações da sociedade e o papel do Estado; a importância das relações em rede para melhorar o desempenho econômico e a necessidade de conceitos para a compreensão da complexidade do ser humano (MACKE et al., 2012).

Apesar de um número crescente de pesquisas científicas se dedicar ao processo de mensuração do capital social, muitas dessas pesquisas não têm focado no capital social em si, mas sim nos resultados advindos do seu fortalecimento. Isso evidencia que há espaço para desenvolver instrumentos de mensuração do capital social.

Ao invés de fazer com que o interesse pelo assunto esmaieça, esse cenário tem efeito contrário: faz com que as pesquisas e os estudos sobre o significado do capital social e sua mensuração sejam estimulados no meio científico (BAQUERO, 2003). Em pesquisa realizada no ano de 2009, tendo como fonte de pesquisa os artigos da base de dados *Business Source Premier* no período compreendido entre os anos de 2006 a 2009, observou-se que o capital social está sendo mais pesquisado nas suas relações com empreendedorismo, economia social, estudos regionais. Percebe-se que os autores relacionam o capital social com temas como empreendedorismo, desenvolvimento econômico e regional, redes sociais, trabalhos teóricos sobre autores, como Bourdieu, Putnam e Coleman.

Em sentido semelhante, as pesquisas sobre o desenvolvimento local também estão ocupando um espaço significativo no cenário acadêmico. Essas pesquisas inferem acerca da relação existente entre os ativos intangíveis, que englobam capital social, capital institucional, capital humano, capital cívico, capital sinérgico (HADDAD, 2001). Boisier (1992) defende a ideia de que, no longo prazo, o desenvolvimento de uma região depende da sua capacidade de organizar-se social e politicamente, a fim de modelar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), relacionando-se com a disponibilidade das diferentes formas de capitais intangíveis.

O estudo conjunto do capital social e do desenvolvimento local objetiva a verificação de sua importância e influência nas políticas e projetos que visam ao desenvolvimento local. Os estudos que relacionam esses dois conceitos são importantes por contribuírem com novos conhecimentos sobre os temas, além de auxiliar na compreensão acerca da influência do capital social nos projetos de desenvolvimento local (SILVA; CÂNDIDO, 2009).

Bandeira (1994, 1999, 2007), Pase (2012) e Monastério (2002) realizaram pesquisas em que foi comprovada a existência de desigualdades nas regiões do Rio Grande do Sul. Utilizando-se dos resultados das pesquisas sobre capital social realizadas por Bandeira (1994), Monastério (2002) aprofundou-se no tema traçando um comparativo com os indicadores de desenvolvimento econômico dessas regiões. Além disso, observou o contexto histórico cultural de colonização e desenvolvimento da região sul do Rio Grande do Sul, a fim de justificar as diferenças existentes entre ela e as demais regiões gaúchas. Pase (2012, p. 55), em seu estudo, focou esses conceitos no Corede Nordeste, concluindo que “o capital social parece ser essencial para o desenvolvimento endógeno que exige a cooperação permanente entre os atores regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo e cooperativo”.

Assim sendo, o presente estudo tem por objetivo avaliar os níveis de capital social, relacionando-os com os indicadores socioeconômicos em três Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) do Estado de Santa Catarina. O estudo descritivo teve como base a realização de uma *survey* nos municípios da região em estudo, bem como a compilação de indicadores socioeconômicos desses municípios. Esse estudo se mostra relevante quando se leva em consideração que as variáveis econômicas não são suficientes para o desenvolvimento econômico e para a construção de um ambiente sustentável (MILANI, 2003; CREMONESE, 2012).

2 CAPITAL SOCIAL: CONCEITOS

A difusão do conceito de capital social no meio acadêmico ocorreu devido à valorização das relações e das estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica em introduzir uma dimensão normativa em sua análise; ao reconhecimento dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital; ao ambiente político-econômico emergente que levou a um reposicionamento dos papéis do Estado e da sociedade; à compreensão e à utilização transversal do termo *capital social* por diferentes disciplinas; e ao potencial de alavancagem política do conceito (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Desde o princípio, o uso do conceito foi utilizado para elucidar uma gama de fenômenos sociais, no entanto, com o passar dos anos, os pesquisadores concentraram sua atenção não só no papel do capital social como influenciador do desenvolvimento do capital humano (COLEMAN, 1988), mas também sobre a sua influência no desenvolvimento das regiões geográficas (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2002) e no desenvolvimento das nações (FUKUYAMA, 2000).

O termo *capital social* tem sido alvo de pesquisas desde o início do século XIX. No entanto, somente a partir da década de 1990, o tema passou a receber maior destaque. Nessa época, o Banco Mundial (2010) começou a utilizar o conceito de capital social vinculado às questões relacionadas à pobreza, bem como a sua utilização no processo de avaliação dos projetos a ele submetidos. Para o Banco Mundial, o capital social e a cultura são as “chaves para o desenvolvimento”, logo, seus projetos devem levar em consideração os valores sociais do meio onde serão efetivados (ARAÚJO, 2003).

De acordo com Nahapiet e Ghoshal (1998), o capital social pode ser definido como a acumulação dos recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos possuída por um indivíduo ou uma unidade social. Nesse contexto, a unidade social pode ser entendida como uma equipe, um grupo ou mesmo uma organização (LEE; SUKOCO, 2007). O capital social de um indivíduo depende do tamanho da rede que ele é capaz de mobilizar e também do capital econômico, cultural e simbólico possuído pelos membros da rede a que ele está conectado. Por capital simbólico entende-se qualquer forma de capital que pode ser representada ou apreendida numa relação de conhecimento (BOURDIEU, 1986). Para o autor, um fator essencial para o desenvolvimento do capital social é o tempo, uma vez que constitui uma forma de história e é fruto de um processo contínuo e estável.

Em função da natureza do estudo, optou-se por adotar a vertente do capital social no sentido “coletivo”, defendido por Coleman, ao invés de trabalharmos esse conceito sob o olhar individual, de acordo com Bourdieu (1986, 1996, 2000).

Diferentes tipos de capital social foram identificados pelos pesquisadores do tema, são eles: *bonding social capital* (união), *bridging social capital* (ponte) e *linking social capital* (ligação) (PASSEY; LYONS, 2006). Os tipos de capital social refletem os diferentes papéis que as redes podem desempenhar no desenvolvimento econômico de uma sociedade (SABATINI, 2008).

O *bonding social capital* refere-se às relações mais próximas dos indivíduos. É caracterizado pelos laços fortes existentes entre os grupos de pessoas que partilham valores semelhantes, como, por exemplo, nas relações entre familiares e amigos, pessoas mais próximas do círculo de convivência. Devido a essa proximidade, os indivíduos refletem semelhanças nos hábitos e nos comportamentos (MACKE et al., 2012).

O *bridging social capital* representa a conexão existente entre os diferentes grupos, tais como os amigos dos amigos, os sócios, os conhecidos. Esse tipo de capital social descreve os laços horizontais das pessoas com grupos de diferentes origens (MACKE et al., 2009). Esse tipo de capital social assume a forma de laços mais fracos que atravessam os grupos sociais e são mais comumente encontrados em modernos cenários urbanos (PASSEY; LYONS, 2006).

Por fim, o *linking social capital* refere-se à ligação existente entre os vínculos do capital social que conectam pessoas, ou o grupo a que pertencem; a pessoas ou grupos em situação de poder político ou financeiro. Esse tipo de capital social é bom para acessar instituições formais, podendo fomentar a ligação intra e intergrupos do *bridging* (SABATINI, 2008). Considera-se também que o capital social do tipo *linking* está relacionado às relações entre os indivíduos e os grupos em diferentes estratos sociais, ou seja, em uma hierarquia na qual o poder, o *status* social e riqueza são acessados por diferentes grupos.

No contexto do desenvolvimento local, a literatura sobre capital social caracteriza o *bonding* como uma “cola social” e o *bridging* como o “óleo social”. O *linking* é incorporado pelos laços entre os indivíduos e as organizações, ocupando diferentes níveis de poder ou de *status*, que muitas vezes são mediados pelas instituições (PASSEY; LYONS, 2006; CAROLIS; SAPARITO, 2006).

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Para este trabalho, observou-se a questão do desenvolvimento regional relacionado com o capital social no contexto de 18 municípios da região do Extremo Oeste catarinense. As análises procedentes dos dados coletados nos municípios perpassam pelo entendimento de desenvolvimento citado por Abramovay (2000), uma vez que é levada em consideração a trama de relações históricas, de configurações políticas e de identidades existentes nas regiões compreendidas pelas três SDRs em estudo. Dessa forma, o estudo realizado não se reduz a uma equação matemática ou algo semelhante, mas se propôs a investigar como os elementos do capital social permearam as relações sociais nas regiões e favoreceram o desenvolvimento.

O desenvolvimento regional é resultado da orquestração de projetos de desenvolvimento e de cooperação. No Brasil quatro estados implementaram essa experiência baseada no modelo italiano das províncias: Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. No entanto, nenhuma tentativa brasileira chegou ao estágio de criação de um governo intermediário (CASAROTTO; PIRES, 2001).

No estado de Santa Catarina, no ano de 1996, surgiram os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs). O primeiro Fórum foi criado na cidade de Chapecó, localizada no Oeste do

estado, como iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (BIRKNER, 2006). A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina promoveu a mobilização dos prefeitos filiados à Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a fim de formar uma comissão e viajar para a Itália com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país. Essa comissão percebeu, na região da Bolonha, condições socioeconômicas que se assemelhavam às da região oeste catarinense, representando um modelo que poderia ser reproduzido. Assim, estabeleceu contato com o Instituto de Pesquisa Nomisma, que, posteriormente foi contratado para realizar um estudo das potencialidades de desenvolvimento regional no Oeste catarinense (FECAM, 2009). Constatou o Instituto ser necessária uma integração entre o setor público e a sociedade civil (BIRKNER, 2008).

Assim, em decorrência dessa iniciativa, surgiram os referidos fóruns, primeiramente, na cidade de Chapecó, o Fórum do Oeste. Esse fórum criou uma agência própria de desenvolvimento regional: o Instituto de Desenvolvimento Regional Saga. Essa agência era formada por técnicos da Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina (Epagri), da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e por professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). O Instituto Saga consiste em uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada para atuar como braço operacional do FDRI, com o objetivo principal de planejar e executar as ações estratégicas para o desenvolvimento da microrregião priorizadas através do Fórum Regional (AMOSC, 2009).

Seguiu-se a essa iniciativa uma movimentação de técnicos e políticos concentrados em Florianópolis, capital do Estado, no sentido de formar uma organização que passou a fomentar a criação dos fóruns nas regiões. Criou-se assim o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat), composto oficialmente por cerca de 60 entidades civis e governamentais. Desde sua criação, em 1996, o Forumcat exerceu a função de articulador para a formação de redes locais de cooperação entre os atores políticos nas regiões do estado (FORUMCAT, 2009).

Vigentes em Santa Catarina até o ano de 2002, os FDRIs podem ser considerados uma experiência concreta na tentativa promover, ou mesmo de resgatar o capital social (ilustrado com alguns valores como a cooperação, a confiança e o fortalecimento da identidade territorial), com o intuito de estimular o desenvolvimento regional e sustentável. Os FDRIs foram interrompidos pela sucessão governamental (BIRKNER, 2006).

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense em fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Esses fóruns, de caráter não governamental, perduraram nos anos de 1996 até 2002, quando, por iniciativa do governo do estado, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional, a fim de assistir as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al. (2010, p. 1), o processo de descentralização procura “promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público”. Conforme Birkner (2008), essa ação não se contrapôs aos fóruns, no entanto tirou-lhes o papel de protagonistas, fazendo com que diminuísse a participação da sociedade civil, objetivo da criação dos fóruns.

Assim, no ano de 2003, foi criada a primeira Secretaria de Desenvolvimento Regional, situada na cidade de São Miguel do Oeste, no Extremo Oeste de Santa Catarina, fazendo divisa com a

Argentina. Essa região ocupa uma área de 2.225,44 km² e possui uma população estimada em 154.112 habitantes, abrangendo um total de 12 municípios: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Itapiranga, Paraíso, Santa Helena, São João do Oeste, São Miguel d'Oeste e Tunápolis (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013).

O governo que atuou em Santa Catarina no período de 2003 a 2006 criou para o estado uma estrutura governamental de descentralização político-administrativa. As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) passaram a atuar como “braços operacionais” do governo nas regiões do interior. Essas SDRs são coordenadas por um secretário geral, e as suas ações são definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional composto pelos prefeitos, pelos presidentes da câmara de vereadores e por dois representantes da sociedade civil dos municípios de abrangência da SDR (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009).

4 MÉTODO DE PESQUISA

A mensuração dos níveis de capital social nos municípios de abrangência das três Secretarias de Desenvolvimento Regional deu-se por meio de uma *survey*, bem como pelo levantamento dos indicadores socioeconômicos para corroborar na análise dos resultados encontrados. Igualmente foi realizada uma abordagem geral sobre os aspectos econômicos e sociais das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, a fim de explicar, com base em fatos históricos e culturais, os cenários encontrados.

Para atingir o objetivo de mensurar os níveis de capital social relacionando-os com os indicadores socioeconômicos de três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, foi desenvolvido um estudo de caráter descritivo, em que o pesquisador se limita a descrever o que observa, sem modificar ou interferir na realidade estudada, adotando uma postura de neutralidade (TRIVIÑOS, 1987).

A obtenção do número de questionários que deveriam ser aplicados foi definida levando-se em consideração uma população finita de 151.854 habitantes. A confiança desejada para essa pesquisa foi de 95% e o erro amostral considerado foi de 0,05%. A amostra resultante foi de 385 participantes. Optou-se por arredondar a amostra para 400 questionários distribuídos nos municípios de acordo com os dados do IBGE no que tange ao número de habitantes, a gênero, local de moradia, renda e escolaridade. No entanto, com o intuito de garantir a confiabilidade do instrumento, foram distribuídos 530 questionários, dos quais retornaram 512 e foram considerados válidos 499.

O questionário foi elaborado tendo como base a matriz conceitual do capital social elaborada por Halpern (2008). Essa matriz engloba o que o autor chama de dimensões transversais do capital social, visualizadas na figura abaixo. O autor apresenta o conceito em três dimensões que abrangem: componentes (redes, normas e sanções), níveis de análise (micro, meso e macro) e funções (*bonding*, *bridging* e *linking*). O capital social, de acordo com David Halpern (2008), consiste nas redes sociais, normas e sanções que facilitam a ação cooperativa entre os indivíduos e as comunidades. Para o autor, qualquer estrutura social que facilita a cooperação e a confiança entre os indivíduos pode ser considerada como uma forma de capital social.

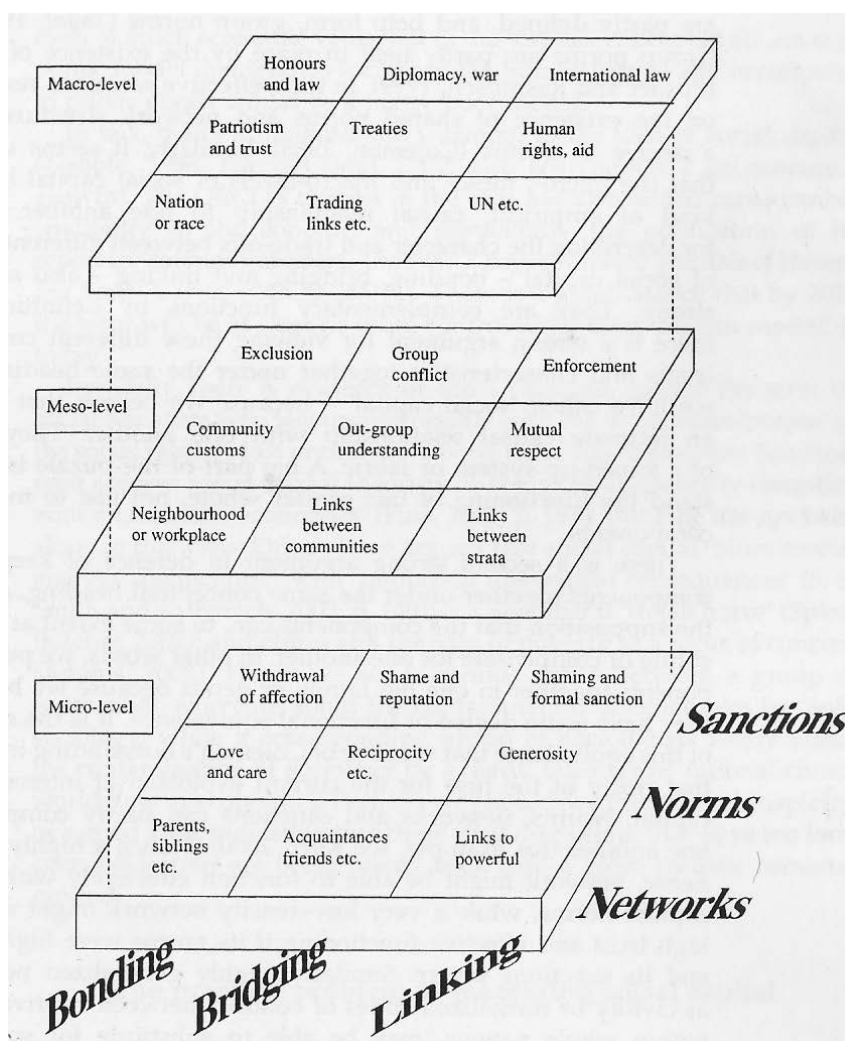


Figura 1 - Matriz conceitual do capital social
 Fonte: Halpern (2008, p. 27)

Halpern (2008) trabalha com a existência de três dimensões transversais do capital social: **componentes, níveis de análise e funções**. Os **componentes** do capital social, que interagem, influenciam e reforçam-se mutuamente, consistem em redes (relações de interconexão entre os indivíduos), normas (regras, valores e expectativas que norteiam as relações sociais) e sanções (punições e recompensas).

Os **níveis de análise** do capital social dividem-se em micro, meso e macro. No nível micro, o capital social é constituído pelos estreitos laços com a família e com os amigos. O nível meso caracteriza as comunidades e as organizações associativas, e o nível macro do capital social refere-se às relações de nível estadual e nacional. Para o autor, existem equivalências funcionais entre os diferentes níveis, ou seja, a diminuição do capital social em um nível pode ser compensada pelo aumento em outro nível (HALPERN, 2008).

As principais **funções** do capital social, para Halpern (2008), são conhecidas também como tipos de capital social: *bridging*, *bonding* e *linking*. Para Halpern (2008), há inter-relação entre os três aspectos de cada dimensão (redes, normas e sanções; níveis micro, meso e macro; tipos *bridging*, *bonding* e *linking*), assim como há relação entre as três dimensões (componentes, níveis

de análise e funções). Para o autor, o entendimento dessas inter-relações pode orientar melhor a análise do capital social.

Os dados foram complementados com a caracterização do quadro socioeconômico da região por meio do levantamento de indicadores referentes ao Produto Interno Bruto – PIB, de Dados Populacionais, do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Educação, Renda, Longevidade) e de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Mundial.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS CAPITAL SOCIAL E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A região objeto de estudo desta pesquisa é constituída pelas três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste Catarinense: Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Essa região tem sua população distribuída em faixa etária cujo maior percentual se encontra entre 10 e 19 anos. Os questionários aplicados junto à população das três SDRs observaram essa distribuição.

A região da SDR de Itapiranga possui índices de desenvolvimento humano municipal que podem ser considerados médios e altos (entre 0,700 e 0,799). O maior IDH-M é do município de Itapiranga (0,775), que ocupa a 39ª colocação no *ranking* estadual do ano de 2010. Esse índice também é o melhor nas três SDRs analisadas (Figura 1). O índice brasileiro nesse ano encontra-se no intervalo considerado de médio desenvolvimento (0,727) e o estado de Santa Catarina possui um alto índice para o IDH (0,774) (PNUD, 2013).

Na SDR de São Miguel do Oeste, os índices do IDH-Municipal também demonstram que o índice de desenvolvimento pode ser considerado entre médio e alto, uma vez que o indicador está entre os valores de 0,700 e 0,799. O município de São Miguel do Oeste é o único da região que possui o índice superior a 0,799, considerado alto, assim como a melhor classificação estadual do IDH-M das três SDRs do Extremo Oeste Catarinense (10ª posição) (PNUD, 2013).

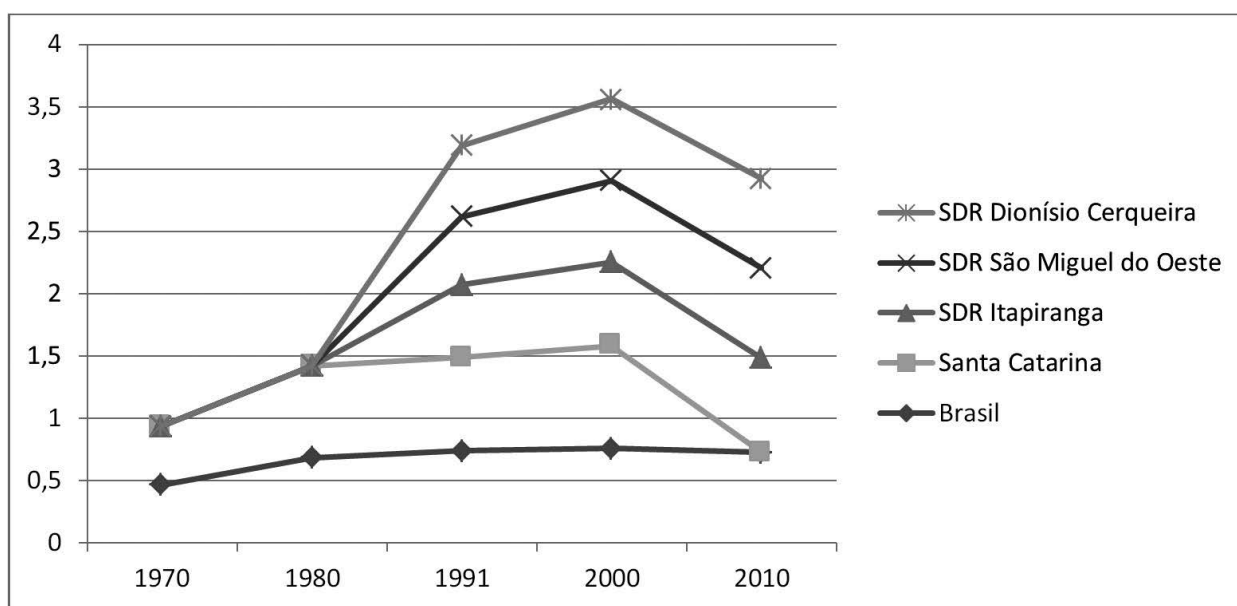


Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e municípios das SDRs - 1970/2010
 Fonte: PNUD (2013). Notas: (*) Para obter os indicadores de cada SDR, foi calculada a média do IDH dos municípios que a integram

Na análise dos números que demonstram o porte das empresas estabelecidas na região, observou-se que há mais microempresas estabelecidas na região, no entanto elas geram poucos empregos formais. Há municípios que possuem mais microempresas (ME) abertas do que empregos gerados, o que pode indicar que há pessoas que possuem mais de uma empresa registrada, ou que há empresas que não estão em funcionamento e que continuam com o registro ativo. As pequenas (PE), as médias (MDE) e as grandes empresas (GE), embora em número menor na região, apresentam uma maior capacidade de geração de empregos (SEBRAE, 2010).

Na região da SDR de Itapiranga, destaca-se que as grandes empresas possuem uma significativa capacidade de geração de empregos: em média, 1.000 empregos por empresa. Outro aspecto relevante é a relação de habitantes por emprego que existe na região da SDR de Itapiranga (7,3). Com exceção do município de Itapiranga (2,6), a média dos municípios é maior do que as médias estadual (3,4 habitantes por emprego) e nacional (4,8 habitantes por emprego).

Na SDR de São Miguel do Oeste, estão os maiores valores para a relação habitante por emprego, chegando ao índice de 23,7 no município de Bandeirante. Observa-se que os municípios que têm maior quantidade de habitantes possuem a menor quantidade de habitantes por emprego (SEBRAE, 2010).

A relação de habitantes por emprego média que existe entre os municípios que compõem a região da SDR de Dionísio Cerqueira é maior do que as médias estadual e nacional, totalizando oito habitantes por emprego. Esses valores representam a existência de grande desigualdade e concorrência na busca por empregos formais na região. A maior relação de habitantes por emprego está no município de Dionísio Cerqueira (12,1).

Após a apresentação dos indicadores socioeconômicos, será feita a discussão sobre o seu desempenho à luz dos resultados encontrados sobre a avaliação do capital social das comunidades.

Como é possível analisar na tabela 1, na qual são apresentados os resultados da mensuração do capital social, as regiões das SDRs analisadas apresentaram comportamentos distintos nos níveis de capital social mensurados. Houve diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) nos níveis micro, meso e macro e nos tipos de capital social.

Tabela 1 - Comparativo dos níveis de capital social por SDRs

(conntinua)

	SDR Itapiranga		SDR São Miguel do Oeste		SDR Dionísio Cerqueira		
	média	desvio	média	desvio	média	desvio	
Micro							Média Fator
* Bonding	4,62	0,428	4,36	0,533	4,29	0,670	4,40
* Bridging	4,21	0,753	4,51	0,498	4,50	0,563	4,43
* Linking	3,55	0,783	3,76	0,813	3,90	0,785	3,75
Média nível	4,13		4,21		4,23		
Meso							Média Fator
Bonding	1,94	0,472	1,95	0,565	1,95	0,524	1,95
Bridging	3,68	0,655	3,51	0,696	3,54	0,688	3,56
Linking	1,94	0,417	1,93	0,519	1,89	0,488	1,92
Média nível	2,52		2,46		2,46		

(conclusão)

	SDR Itapiranga		SDR São Miguel do Oeste		SDR Dionísio Cerqueira		
	média	desvio	média	desvio	média	desvio	
Macro							Média Fator
Bonding	2,00	0,442	1,97	0,448	1,94	0,448	1,97
*Bridging	3,66	0,638	3,42	0,802	3,57	0,736	3,53
*Linking	4,00	0,757	3,41	1,091	3,50	1,112	3,59
Média nível	3,22		2,93		3,00		
Média SDR	3,29		3,20		3,23		

* Testes de médias com diferença significativa ($p < 0,05$)
 Fonte: autoria própria (relatório do grupo de pesquisa)

A SDR de Itapiranga obteve maior média no **nível micro** do capital social do tipo *bonding*. Nessa região, há maior prevalência de relações entre grupos homogêneos, tais como familiares, amigos próximos e comunidades fechadas, numa convivência “voltada para dentro”, reforçando a identidade entre os membros (MONASTÉRIO, 2002). O nível micro enfatiza os laços fortes intracomunitários, a identidade e os projetos comuns.

Esse resultado confirma que, na SDR de Itapiranga, os laços fortes e o associativismo estão mais presentes, demonstrando que, nessa região, os laços fortes estão muito presentes. De acordo com Granovetter (1973), esses laços, formadores da conexão social, são formados por uma combinação de tempo, intimidade, intensidade emocional e serviços recíprocos. Aspectos histórico-culturais referentes à colonização, aos costumes e às tradições preservados no decorrer dos anos na região justificam esse comportamento.

Para Putnam et al. (2002), esse tipo de capital social propicia a criação de um ambiente de lealdade e reciprocidade entre seus membros, tendo grande utilidade na resolução de problemas de ação coletiva e para o mútuo apoio dentro dos grupos.

No nível micro, a região da SDR de Dionísio Cerqueira apresentou maior estoque do capital social do tipo *linking*. Uma maior presença de capital social do tipo *linking* pode indicar que, nessa região, há governos permeáveis às questões provenientes dos estratos inferiores da pirâmide social. A capacidade de alavancar recursos, ideias e informações das instituições formais, além da comunidade, é uma função fundamental desse tipo de capital social. Esse nível reflete que o voluntariado está mais presente nessa região.

O *bridging* reflete uma região em que, apesar das diferenças sociais, há confiança entre pobres e ricos, compartilhando informações. A mensuração do capital social demonstrou que as pessoas dos municípios das SDRs de São Miguel do Oeste e de Dionísio Cerqueira demonstram manter relacionamentos que transpassam “as fronteiras sociais, e as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais” (MONASTÉRIO, 2002, p. 30). Quanto maior a capacidade dos cidadãos de confiarem uns nos outros e quanto maior o número de laços associativos numa comunidade, maior será o volume de capital social (SANTOS; BARQUERO, 2007). Com uma maior presença desse tipo de capital social, as regiões demonstram a

tendência de atrair pessoas e grupos de diferentes círculos e contextos sociais, no entanto não se estabelecem nesses grupos relações de laços fortes.

No **nível meso**, em que há prevalência dos laços fracos e a participação dos indivíduos em redes sociais extracomunitárias, a região da SDR de Itapiranga apresentou as maiores médias nos tipos de capital social *bridging*. Para Putnam (2002), o capital social do tipo *bridging* reforça as características inclusivas, ou seja, tende a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com os quais não se estabelecem ligações fortes.

Na SDR de Itapiranga, evidencia-se também grande presença de ações de associativismo. O fomento ao associativismo e às organizações sociais são ações previstas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Essas ações têm como objetivo “apoiar a organização social de atores, objetivando a gestão compartilhada do desenvolvimento” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010, p. 46).

Aspectos relativos à migração proporcionaram à região essa característica. No princípio da colonização, as pessoas (das colônias velhas) que possuíam acesso a um imigrante no destino poderiam encontrar a fonte de apoio necessária para a concretização do projeto de migrar. Os laços sociais tiveram grande influência nesse processo colonizador, uma vez que, se a rede pessoal de um indivíduo não ultrapassasse o limite de fronteira, possivelmente ele permaneceria na região em que estava.

Assim, o capital social exerceu uma função seletiva. A inserção em redes sociais possibilitava ao indivíduo sua inserção na associação que promoveu a colonização da região, assim como o pertencimento a um grupo social.

No **nível macro**, as médias mais altas estão presentes na SDR de Itapiranga. Nesse nível, as ações cooperativas e o diálogo entre as instituições e a sociedade são favorecidos. As SDR de São Miguel do Oeste e de Dionísio Cerqueira obtiveram médias altas nos tipos *bridging social capital* e *linking social capital*, o que parece indicar que, nessas regiões, as pessoas valorizam e respeitam a diversidade existente entre os grupos que formam essa SDR.

A região da SDR de São Miguel do Oeste é conhecida como uma região de passagem de pessoas de diferentes origens. Na região, está localizada a BR-282, que dá acesso ao estado do Paraná e à Argentina, por ela passando produtos transportados por via rodoviária de origem gaúcha, paranaense e argentina. A tolerância à diversidade mais presente nessa região pode estar justificada por essa característica regional.

Em suma, os resultados de mensuração do capital social encontrados apontam para a mesma direção dos indicadores de desenvolvimento detalhados nesta fase do estudo. De modo geral, pode-se observar que a região que obteve o melhor desempenho nos tipos de capital social – a SDR de Itapiranga - também apresenta o melhor desempenho nos indicadores de desenvolvimento, detalhados na tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Classificação das SDRs de acordo com a média dos indicadores

	SDR de Itapiranga	SDR de São Miguel do Oeste	SDR de Dionísio Cerqueira
Variação da população 2000/2010	5,05	2,63	-0,58
Classificação estadual do IDH-M (média)	88 ^a	167 ^a	199 ^a

	SDR de Itapiranga	SDR de São Miguel do Oeste	SDR de Dionísio Cerqueira
IDH-M	0,755	0,725	0,718
IDH-E	0,689	0,625	0,626
IDH-L	0,845	0,841	0,824
IDH-R	0,740	0,725	0,716
Classificação nacional Ideb – anos iniciais	89 ^a	1005 ^a	1196 ^a
Classificação nacional Ideb – anos finais	176 ^a	598 ^a	923 ^a
PIB <i>per capita</i>	217,49	199,77	206,77
Classificação estadual PIB (média)	163 ^a	192 ^a	160 ^a

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados pelas SDRs

Os indicadores analisados (Variação da população, IDH-M, IDH-Longevidade, IDH-Renda, IDH-Educação, Ideb e PIB) apresentaram os melhores resultados na região da SDR de Itapiranga. Nessa região, foram encontradas também as melhores médias na mensuração do capital social, confirmando as constatações dos estudiosos de que a diminuição das desigualdades pode promover aumento nos estoques de capital social (há divergências sobre as relações causais ou não no processo de geração de capital social). No entanto, manteremos a posição coerente com a vertente do capital social coletivo, no sentido proposto por Coleman (1990) e por Putnam (2002), que defendem que os indicadores sociais precedem a economia.

A educação apresentou bons resultados da SDR de Itapiranga, demonstrando a atenção dispensada à educação nessa região. Para o CFCUL (2011), o conhecimento é um fator de diferenciação, não só no nível macro, que determina o grau de desenvolvimento das sociedades, mas também no nível micro, que aponta o desenvolvimento individual. O investimento em educação gera benefícios econômicos e sociais quando proporciona um incremento na produtividade, o surgimento de novas competências, a competitividade entre as empresas e a empregabilidade dos cidadãos, resultando na inclusão social. Se, por um lado, a formação e a qualificação dos recursos humanos são condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento, por outro lado, a sociedade do conhecimento influencia o processo de aquisição de conhecimento e de competências.

A região da SDR de Dionísio Cerqueira, com exceção do valor do PIB *per capita*, apresentou os resultados mais baixos das três regiões analisadas (os indicadores de desenvolvimento humano do município, longevidade, renda e educação estão no patamar considerado de médio desenvolvimento) (IPEA, 2010). Nessa região, pode-se observar que há maiores médias nos níveis de estoque do capital social dos tipos *bridging* e *linking*, havendo um maior envolvimento extracomunitário e institucional. Comparativamente à região da SDR de Itapiranga, pode-se afirmar que as características da colonização podem ter tido alguma influência nesses aspectos. As disputas territoriais (Brasil e Argentina, Santa Catarina e Paraná) que aconteceram nesse território e o processo colonizador (que não foi idealizado e realizado com base numa “imunidade étnica” ou “colmeia étnica”) podem interferir no sentimento de pertencimento e na identificação das pessoas com a região.

A localização da região da SDR de Dionísio Cerqueira num território de fronteira (onde existe o Marco das Três Fronteiras, onde se pode colocar um pé no Paraná, outro em Santa Catarina e esticar o braço em território argentino) foi rota de passagem, em 1636, das Bandeiras Paulistas, por volta de 1759, as expedições portuguesas e espanholas percorreram o Rio Peperi-Guaçú. A definição de Dionísio Cerqueira como pertencente ao estado de Santa Catarina se deu com o fim da Guerra do Contestado, em 1916.

A região constituía uma rota internacional de comércio, basicamente de erva-mate. A partir de 1946, com a passagem dos migrantes gaúchos, o desenvolvimento econômico passou a receber maior impulso, principalmente em atividades de extrativismo e exportação da madeira. A maioria dos migrantes era das etnias alemã, italiana e portuguesa e grande número era dos chamados “caboclos”, advindos inclusive da região de conflitos do Contestado (SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

A instalação do porto seco em 2003, Ponto de Fronteira Alfandegado, único integrado entre dois países em território brasileiro, favoreceu a passagem de maior fluxo de pessoas e cargas nessa região. O Porto Seco é a principal rota interoceânica, sendo a rota que possui as menores distâncias entre as principais metrópoles do Mercosul. Dionísio Cerqueira possui a única passagem terrestre de Santa Catarina com o Mercosul, aumentando o número de importações e exportações (SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

A partir deste estudo, pode-se observar que as regiões com os melhores resultados nos indicadores possuem também as melhores médias nos níveis do capital social, confirmando a hipótese de que os municípios que possuem maior estoque de capital social apresentam também os maiores valores para os indicadores de desenvolvimento.

A SDR de Itapiranga tem como principal característica a homogeneidade de sua população, destacando-se pelos grupos “fechados”, próprios do capital social do tipo *bonding*. A SDR de São Miguel do Oeste também possui características de população homogênea, porém de menor intensidade, devido às oportunidades empresariais geradas pela localização geográfica da região, que propicia o recebimento de pessoas de diferentes regiões (agroindústrias, universidade, exército). A homogeneidade nos grupos e nas etnias que compõem essas comunidades favorece a construção do capital social (WOOLCOCK, 2001).

Na região da SDR de Dionísio Cerqueira, a característica de fronteira está mais presente devido à constante presença de fiscalização federal e estadual na Aduana (apesar de toda a região estudada estar localizada em território de fronteira). A homogeneidade da população nessa região mostra-se ainda menor por causa da presença de pessoas providas de diferentes regiões do país (concursadas em órgãos federais e estaduais de fiscalização de fronteira).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES AOS GESTORES PÚBLICOS

A abordagem do capital social muito tem a contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa teoria pelos administradores públicos pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem-sucedidas tendo em vista o desenvolvimento regional. Da mesma forma, o capital social pode evidenciar as políticas que devem ser evitadas, sob o risco de provocar um efeito não desejado. Assim, o capital social também pode “alertar para os

riscos de que certas políticas contribuem para a destruição do capital social e consequente piora das condições de vida dos cidadãos” (MONASTÉRIO, 2002, p. 180).

Os municípios que fazem parte das três SDRs da fronteira Oeste catarinense demonstraram ter como característica a organização em redes sociais informais e formais que resultou em um importante estoque de capital social. Assim, pode-se afirmar que o capital social pode se constituir em importante fator que coopera para o avanço econômico e social adquirido por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

Dessa forma, pode-se afirmar que devem ser fortalecidas todas as políticas que proporcionam um equilíbrio entre os três tipos de capital social: *bonding*, *bridging* e *linking*. Da mesma forma, devem ser evitadas aquelas políticas que promovem os desequilíbrios no capital social. Assim, são consideradas importantes as ações que promovem as atividades em grupos, inserindo as pessoas no contexto de discussão de ideias e manutenção da cultura e dos hábitos das comunidades, tais como grupos de idosos, grupos de mães, grupos de mulheres agricultoras, grupos de damas, grupos promovidos pelos clubes, a exemplo de grupos de jogos (bochas, baralho, bolão...), entre outras possibilidades. Interessante seria a promoção da integração entre os diferentes grupos, como, por exemplo, a “transmissão” de habilidades das pessoas dos grupos de idosos para grupos de estudantes e vice-versa. Com isso, há a possibilidade de preservação e manutenção das características culturais das comunidades, além da integração entre diferentes grupos.

Outra ação que poderia ser promovida nas comunidades seria o fomento à formação de mais associações nas comunidades e nos bairros. Essas associações teriam suas atividades focadas nos interesses locais, partindo das necessidades percebidas pelos próprios moradores, tais como preservação ambiental, recolha e seleção do lixo, reciclagem, cuidados com a segurança, ornamentação e preservação dos espaços públicos, entre outros.

Em suma, observa-se que existem algumas relações sociais que favorecem a criação e o fortalecimento do capital social nas comunidades. A associação dos indivíduos propicia a formação de relações de confiança mútua que pode ser direcionada para a conquista de objetivos comuns. Um aspecto relevante é que o capital social, ao contrário de outras formas de capital, não se desgasta com o uso. Muito pelo contrário: se fortalece, tornando as relações mais duradouras quando continuamente ativadas. De maneira geral, pode-se afirmar que o fomento dessas relações, além de promover o capital social, poderá proporcionar também o desenvolvimento da região.

7 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio de suas respectivas afiliações, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, 2000.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC. Disponível em: <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251>>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 27 dez. 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.
- BANDEIRA, P. S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007.
- BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. IPEA, Brasília, Texto para discussão N° 630, p. 189, fev., 1999.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, n.21, p. 83-108, nov. 2003.
- BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Blumenau: Furb, 2006. v. 500. 176 p.
- BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: estudo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008.
- BOISIER, S. **El Difícil Arte de Hacer Región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J.G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CENTRO DE FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (CFCUL). Disponível em: <<http://cfcul.fc.ul.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 2011.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988.
- CREMONESE, D. Capital Social e Padrões de Participação Político-Social em Ijuí – RS. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 61-83, jan./abr. 2012.
- FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM. Disponível em: <<http://www.fecam.org.br/home/>>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO – FORUMCAT. Disponível em: <<http://www.forumcat.org.br>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

- FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2009.
- HADDAD, P. R. *Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil*. **Revista Brasileira de Competitividade**, a. 1, n. 2, ago./nov. 2001.
- HALPERN, David. **Social Capital**. Cambridge, UK: Polity Press, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2010.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO EM ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – ICEPA. Disponível em: <www.cepa.epagri.sc.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- LEE, Les Tien-Shang; SUKOCO, B. M. The Effects of Entrepreneurial Orientation and Knowledge Management Capability on Organizational Effectiveness in Taiwan: The Moderating Role of Social Capital. **International Journal of Management**, v. 24, n. 3, p. 459-572, set. 2007.
- MACKE, J.; SARATE, J. A. R.; DAMACENA, C. Avaliação do capital social em uma cidade gaúcha: a percepção dos estudantes de administração. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 16, p. 5, 2010.
- MACKE, J.; VALLEJOS, R. V.; FACCIN, K.; GENARI, D. Social Capital in Collaborative Networks Competitiveness: the case of the Brazilian Wine Industry Cluster. **International Journal of Computer Integrated Manufacturing**, v. 25, p. 1-8, 2012.
- MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: IV Conferência Regional ISTR-LAC, 9., 2003, San José. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <www.integracao.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- MONASTÉRIO, L. M. **Capital social e a região Sul do Rio Grande do Sul**. (Tese) - doutorado em Desenvolvimento Econômico - Universidade Federal do Paraná, 2002.
- NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.
- PASSEY, A; LYONS, M. Nonprofits and Social Capital measurement through organizational surveys. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 16, n. 4, p. 481-495, verão 2006.
- PASE, Hemerson Luiz. Capital social e qualidade de vida. **Revista Debates (UFRGS)**, v. 6, p. 35-59, 2012.
- PORTAL IDEB. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- REINA, D.; SANTOS, G. K dos.; FORTUNATO, S. M.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/382.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

SABATINI, F. Social Capital and the Quality of Economic Development. **Kyklos**, v. 61, n. 3, p.466–499, 2008.

SANTOS, E.; BAQUERO, M. Democracia e capital social na América latina: uma análise comparativa. 2007. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, junho, 2007, pp. 221-234.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/default.asp>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA. Disponível em: <<http://dcq.sdr.sc.gov.br/index.php>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAPIRANGA – 31ª SDR. Disponível em: <http://ipx.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=46>. Acesso em: 30 nov. 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE. Disponível em: <<http://www.sge.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

SILVA, O. A. C. da.; CÂNDIDO, G. A. A influência do capital social em projetos de desenvolvimento local: um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras – PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v.8. n. 1, 2009. ISSN 1677 4280.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOLCOCK, M. **La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales**. Development Research Group, The World Bank, 2001.